

PRESCRIÇÃO GRAMATICAL E USO LINGUÍSTICO A questão da concordância no português do Brasil

DINAH CALLOU

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA (CNPQ)

Abstract – The aim of this paper is twofold, first, to raise questions on language teaching and, second, to focus on plural agreement in Brazilian Portuguese, a stigmatized phenomenon frequently used to exemplify and explain the differences between Brazilian and European Portuguese. The position argued is that there is a plurality of norms and that is necessary to relate linguistic to social data and observe the phenomenon from place to place, in order to understand the variable patterns of agreement detected. The analyzed sample was extracted from informal interviews of *The Linguistic Atlas of Brazil*, men and women with high or low formal education. We conclude that the empirical findings and demographic data should be taken into account, if we pursue an effective language teaching.

Keywords: teaching; plurality of norms; patterns of agreement; variation and change; sociolinguistic diversity.

1. Introduzindo o tema

Discutir sobre língua, prescrição gramatical e uso linguístico é sempre um desafio, ainda mais se essa discussão estiver relacionada ao ensino e à pesquisa, sempre indissociáveis, se o professor não pretender ser um mero repetidor e mantenedor do *status quo*!

É fundamental que, antes de iniciar a tarefa didática, o professor esteja atento ao uso linguístico, alicerçado no conhecimento de teorias linguísticas que permitirão capturar padrões/regularidades e oferecer potencial explicativo para os fatos da língua. Conhecer nosso objeto de ensino precede tudo mais e daí a importância da pesquisa, seja numa linha descritiva ou teórica. Com a utilização de resultados de pesquisas, surgem práticas mais efetivas de trabalho sobre a heterogeneidade linguística e uma possível solução de problemas de letramento.

A ideia de retratar uma norma de uso vem de há muito tempo e está explícita, não só nas palavras de Cunha (1952), em um discurso pronunciado em 1952, sobre o ensino do português, “*Não proponho a anarquia lingüística, sugiro apenas que se ensine a língua como é e não como alguns supõem que seja*” (2004, p. 415) e também nas de José Pedro Rona (1958, p.

8), “*devem ser estudadas também as normas cultas regionais como fatos dialetais, e as modalidades populares devem ser estudadas precisamente à luz dessas normas locais*”. Rona (1965), tendo por foco o espanhol na América, afirmava ser inevitável, para introduzir o ensino, em qualquer nível, haver, de antemão, uma descrição do uso real da língua.

É preciso lidar, assim, na prática, com as diferentes concepções de língua e norma, objetiva, subjetiva, orientações e objetivos pedagógicos diversos, tendências nitidamente diferenciadas, a saber, (i) uma pedagogia centrada no código e (ii) uma pedagogia centrada na utilização do código.

É fundamental, pois, estabelecer uma relação entre pesquisa linguística e ensino normativo, ciente de uma possível incompatibilidade, expressa nas palavras do filólogo e linguista português,

[...] entre a isenção distanciada que o linguista deve assumir na observação dos factos da língua [...] e a atitude prescritiva e mesmo um tanto moralista que se associa vulgarmente aos responsáveis pela normativa. (Castro 2003, p. 11)

2. Viajando no tempo: passado e presente

O uso do presente para explicar o passado (Labov 1994) é a base da linguística histórica, de cunho variacionista, mas iremos aqui fazer o caminho inverso, *o uso do passado para explicar o presente*, ou, pelo menos, para contribuir para entender melhor o quadro linguístico atual.

A primeira gramática da língua portuguesa remonta ao século XVI, mais precisamente, a 1536, quando surge, em Portugal, a Gramática de Fernão de Oliveira, e, apenas quatro anos depois, a de João de Barros (1540). Embora escritas em espaço de tempo tão curto uma da outra, suas perspectivas são bem diferentes. A concepção de gramática em Fernão de Oliveira teria mais um caráter reflexivo-descritivo, não podendo ser considerada *prescritiva*, a julgar por algumas de suas afirmações, que ilustram seu conhecimento sobre variação e mudança da língua, expresso nas passagens exemplificadas a seguir e em vários outros pontos de sua obra.

[...] Mas porem para saber todas estas cousas require-se ler e ver muito, e ainda assim alcançaremos pouco, porque havemos de preguntar isto a cada tempo e terra e pessoa muito pello miúdo. (Oliveira 1536, pp. 17-20)

E mui poucas são as coisas que duram por todas ou muitas idades em um estado, quanto mais as falas, que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens; e esses homens entendem, julgam e tratam por diversas vias e muitas, às vezes segundo quer a necessidade e às vezes segundo pedem as inclinações naturais. (Oliveira 1536, pp. 2-7)

Com a Gramática de João de Barros, a primeira gramática eminentemente normativa da língua portuguesa, e outras que vieram mais tarde, verifica-se uma tendência, em geral, noutra direção. Em contraponto, a Gramática de Fernão de Oliveira assume um papel relevante, no âmbito dos estudos linguísticos contemporâneos, papel que advém não apenas do fato de ser a primeira *Gramática da linguagem portuguesa* -- que retrata a língua de seu tempo -- advém, principalmente, do fato de trazer à tona, no século XVI, fundamentos que constituem o carro-chefe da linguística atual de base empírica: o de lidar com noções de variação, intrínseca à língua, de mudança, de condicionamentos extralinguísticos, em função de gênero, faixa etária, região de origem do falante, premissas da Dialectologia e, mais explicitamente, da Sociolinguística.

Mais surpreendente que reconhecer que a gramática normativa escolar vê, até hoje, a língua *como homogênea e imutável*, é verificar que, em 1536, Fernão de Oliveira já tinha uma ideia bastante clara de heterogeneidade linguística. Passados quase cinco séculos da publicação de sua gramática, a diversidade sociolinguística ainda é ignorada por muitos, no ensino, apesar de a composição social hierárquica atual ser ainda mais complexa que a de séculos atrás.

A situação atual -- não se pode negar -- é reflexo de velhos problemas. O ensino de língua portuguesa continua, com raras exceções, sendo baseado nos ditames da gramática tradicional, normativa, na insistência em incutir uma norma cristalizada, moldada na escrita de autores, em geral portugueses, de sincronias passadas, uma norma, cada vez mais, afastada da realidade linguística de grande parcela da população. Malgrado (i) as tentativas de descrever as normas (padrão e não-padrão) reais de uso e de (ii) os próprios textos jornalísticos -- crônicas, notícias, editoriais -- já atestarem uma mudança em direção à fixação de uma norma brasileira de uso -- ao incorporar à escrita, paulatinamente, aspectos linguísticos há muito consagrados na fala -- pouco ou quase nada muda, apesar dos esforços de muitos professores e pesquisadores. No mundo acadêmico, e até nos livros didáticos adotados nas escolas, apresenta-se a diversidade, desde que restrita a um espaço específico, a dos falantes pouco escolarizados, aos oriundos da área rural, anotada, de preferência, no léxico. E a busca é por uma norma “padrão”, algo uniforme e perfeita, na verdade, uma abstração.

Convém insistir e repetir as indagações: por que correção, norma, prescrição e variação linguística devem ser vistas conjuntamente? Como conciliar variação e uniformização, noções aparentemente antitéticas? Como admitir vários usos e apenas um correto? Como vencer o preconceito linguístico por parte da sociedade em geral? A norma linguística corresponderia ao uso estatisticamente dominante ou ao uso valorizado de um determinado grupo - o grupo socialmente dominante -, produzindo assim o “bom uso”, que irá eclipsar as normas de outros grupos? Que língua

ensinar e quais as estratégias a serem adotadas para um ensino eficiente e eficaz, não deixando de lado uma outra questão, que deve ser ressaltada (Gagné 1983), a de um dos objetivos do ensino da língua se situar precisamente no nível das atitudes, no que concerne à variação linguística, no respeito à diversidade. Em consequência, a formação do professor de L1, e de L2, deveria ser radicalmente modificada, passando a fundamentar-se no conhecimento, compreensão e interpretação das diferenças existentes na escola – não só nela -- a fim de que haja uma mudança de atitude frente às condições socioculturais e linguísticas dos alunos. Os padrões impostos “de cima para baixo” aos brasileiros já não são bem aceitos, mas não se pode simplesmente substituí-los por outros, “de baixo para cima”. Além disso, uma norma está destinada a vigorar por algum tempo, mas sofre mudanças e não pode ser estendida a todos os pontos, opinião partilhada por muitos e que não se aplica apenas ao português brasileiro (PB), falado hoje por quase 220 milhões de habitantes!

Podiam os gramáticos do século XVI dizer que a norma emanava da Corte e os da XIX que ela emanava de Coimbra porque tinha a Universidade, mas hoje teriam de reconhecer que a norma portuguesa [europeia]¹ dotada de maior vitalidade e capacidade de fazer adeptos é a que transmitem os jornais, a rádio e a televisão. (Castro 2003, pp. 12)

Os parâmetros curriculares brasileiros chamam a atenção para o fato de o ensino de língua dever ser baseado no texto e de a língua ser não só uma estrutura abstrata, mas um fenômeno sócio-histórico, não apenas código, mas também objeto de reflexão e fonte de ensino. É fundamental fazer o aluno ter contato, em sala de aula, com a língua falada e escrita e fazê-lo produzir textos, os mais variados, levando-o sempre à compreensão do sentido global do texto e dos mecanismos produtores desse sentido. Desenvolver a capacidade e condições de expressão oral e escrita seria uma forma concreta de obter um resultado mais efetivo no ensino e na aprendizagem. A ênfase na língua falada já está expressa em documentos do próprio Ministério de Educação, no Brasil, desde, pelo menos, a década de 70 do século XX, já que a oralidade é a nossa base primeira de identificação. Não basta dar prioridade ao texto, em geral, escrito, faz-se necessária uma reformulação dos conteúdos e dos procedimentos de ensino, que tem, por objetivo, o domínio dessa teórica norma padrão, sem estigmatização das variantes linguísticas adquiridas pelo falante no processo natural de socialização.

¹ Inserção nossa.

3. A concordância

Para exemplificar a problemática sobre a relação entre prescrição gramatical e uso linguístico, iremos tratar de um fenômeno, já extensivamente trabalhado por muitos linguistas (Martins 2021; Callou 2018, 2015; Bazenga e Vieira 2015; Brandão e Vieira 2012; Lucchesi 2014; 2008, Scherre e Naro 1998; Scherre 1988, entre muitos outros), sob diversas perspectivas, podendo ter, alguma vezes, como pano de fundo, as origens do português brasileiro, e também a diversidade regional: o da concordância.²

Esse fenômeno, de que nem sempre os falantes se dão conta, mas é estigmatizado pela sociedade, pode ser direcionado para três pontos: (i) o da perda da marca de plural nos nomes (*os **meninos** versus os **menino***); (ii) o da perda da marca da terceira pessoa do plural nos verbos (*os **meninos** **canta** versus os **meninos** **cantam***); e (iii) o da possibilidade de os verbos *ter* e *haver*, em construções existenciais, apresentarem concordância com o SN tradicionalmente analisado como objeto direto (***tinham/haviam** muitos **livros***). O primeiro ponto, para alguns, é de natureza morfo-fonológica e pode estar associado à tendência ao enfraquecimento da consoante em coda final, no PB; o segundo, à simplificação do paradigma verbal e, o terceiro, ao fato de as versões existenciais dos verbos *ter* e *haver* terem herdado aspectos sintático-semânticos de suas versões possessivas.

3.1. Concordância e uso linguístico

Seja por qual ângulo for visto, o tema tem fomentado debates relevantes, direta ou indiretamente, ligados ao ensino. Há poucos anos, por exemplo, diversos jornais publicaram artigos sobre um livro didático que estaria ensinando “português errado”, ao usar exemplos de concordância verbal, a saber, “Nós pega o peixe” e/ou “Os menino pega o peixe”. Em vez de explicar e contextualizar o uso, a opção foi, simplesmente, condenar.

A questão de “certo” *versus* “errado” está sempre presente em sala de aula e vai ao encontro das visões tradicionais que se encaminham para “a arte da escrita e da fala”, criando um padrão ideal de presença categórica da marca de plural, sem levar em conta a variação, o uso linguístico e as circunstâncias desse uso.

Pesquisas mais ou menos recentes têm discutido exaustivamente o tema e ampliado seu escopo, ao observar o fenômeno da perda da marca flexional de número, em nomes e verbos, não só a partir do que dizem as

² Agradecemos a cessão de dados e de resultados de análise da Dissertação de Mestrado de Bruna Lara Leal Martins, intitulada “Sobre o fenômeno da concordância no Português Brasileiro: Diversidade regional” (UFRJ/2021).

gramáticas e livros escolares, mas em diversos *corpora*, seja de fala ou escrita, com foco no uso linguístico, levando em conta, em sua análise, a diversidade regional, o nível de escolaridade do falante, e, mais recentemente, a sócio-história da comunidade e os indicadores sociais de cada ponto. A justificativa para tal análise reside no fato de a concordância, nominal e/ou verbal, ser, às vezes, considerada como evidência de criouliização prévia nas origens do PB e ser de mais alta frequência em locais em que houve presença africana maciça, posição essa amenizada nas últimas décadas.

As amostras que servem de base para discussão do fenômeno aqui são extraídas dos *corpora* do Projeto AliB (*Atlas Linguístico do Brasil*), constituído de gravações do início do século XXI, em 250 localidades (25 capitais), distribuídas por todo o país e selecionadas de acordo com critérios demográficos, históricos, culturais e extensão territorial de cada localidade, além da natureza de seu povoamento (www.alib.ufba.br.2021). Foram utilizados, além dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, 2000 e 2010, e do PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Banco de Tabelas Estatísticas), relativos ao nível de instrução (IDHM e IDH Educação), os dados demográficos do primeiro recenseamento de 1872, para viabilizar a discussão sobre a evolução histórica de cidades, na trilha da hipótese de que o linguístico reflete o social.

A Dissertação de Martins (2021) esmiúça a atuação da regra de concordância, ao levar em conta a variável [+/- urbano], capital *versus* interior, além do nível de escolarização, ao comparar os resultados relativos a três capitais (espaço urbano) e os de alguns municípios do interior (espaço /semiurbano) de três Estados: Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Foram selecionadas três localidades do interior, no caso do Estado da Bahia (pela sua maior extensão territorial) e, apenas um, dos outros dois Estados. Cada ponto foi escolhido em função de uma maior distância de sua respectiva capital, sendo eles, Barra (BA), Santa Cruz Cabralia (BA), Jacobina (BA), Barra Mansa (RJ) e Santa Maria (RGS). A análise se baseia no aparato teórico da teoria da mudança (Weinreich *et alii*, 1968) e faz uso dos programas computacionais Goldvarb X (Sankoff D., Tagliamonte S. e Smith, E. 2005).

É fato consabido que a variação na concordância verbal ou nominal obedece a alguns condicionamentos linguísticos (distância entre sujeito e verbo, sujeito anteposto ou posposto ao verbo, saliência fônica -- diferença mais ou menos saliente entre a forma de singular e de plural e extralinguísticos, estando presente em indivíduos com > ou < grau de escolaridade, não sendo privativa de uma região específica do país ou do uso oral. Em relação à concordância nominal, o que os estudos sociolinguísticos vêm mostrando, desde o trabalho de Scherre (1988), é que, por exemplo, os nomes que apresentam plural regular (*livro/livros*) tendem a apagar mais a

marca que aqueles mais complexos, isto é, itens que apresentam menor ou maior diferença entre as formas singular e plural [-/+ saliente], como em *exemplar/exemplares*.

Em relação à concordância verbal, já foi confirmado que (i) verbos com sujeitos antepostos tendem a manter a marca de plural, enquanto os pospostos tendem a apagar suas marcas; (ii) verbos em que a diferença entre as formas de singular e plural são [+saliente], como em *disse/disseram*, tendem a preservar a marca de concordância de terceira pessoa do plural; e (iii) quando há uma distância maior e elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo, o percentual de manutenção da marca diminui, como ilustrado nos exemplos de (1) a (6).³

- (1) [...] tem *peessoas* que **FALA** assim que cada igreja tem uma doutrina né.
 (2) Assim [...] *programas ecológicos* assim que **MOSTRA** a natureza, as coisas que **ACONTECE** no nosso estado...
 (3) Cachoeira, São Félix, aí *os artista* **TAVA** dando entrevista e coisa.
 (4) [...] matou, **MORREU** *várias pessoas*.
 (5) Parece que *eles* **CAVUCA** as coisa ruim pra.
 (6) *Dois colegas meu de trabalho* **chegou** [...].

É pena que esses condicionamentos não sejam objeto, por parte do professor, de uma discussão que leve a uma melhor compreensão do fenômeno, por parte do aluno. De todo modo, muito já foi dito pelos pesquisadores sobre a regra variável e os padrões de concordância, mesmo que, nem sempre, sejam levados para a sala de aula, mas o que se quer destacar agora, aqui, diz respeito à relação entre o fato linguístico e o fato social.

3.2. Concordância e história social

Para iniciar a discussão, a Figura 1 e o Mapa 1⁴, apresentados a seguir, possibilitam obter uma visão geral da distribuição regional do fenômeno no Brasil (dados recentes do ALiB), em falantes com grau de escolaridade > ou < que nove anos, no que diz respeito à concordância verbal, sendo, além disso, fornecidos dados sobre etnia (IBGE, Primeiro Recenseamento oficial de 1872), a fim de (i) relacionar o fato linguístico ao fato social; (ii) salientar a complexidade da questão e (iii) auxiliar na interpretação dos resultados.

³ Os exemplos foram retirados do corpus do Projeto NURC (Projeto de estudo da norma linguística urbana culta). www.nurcrj.lettras.ufrj.br.

⁴ Planejamento cartográfico e edição de Ana Regina Teles (UFBA) – *in memoriam*.

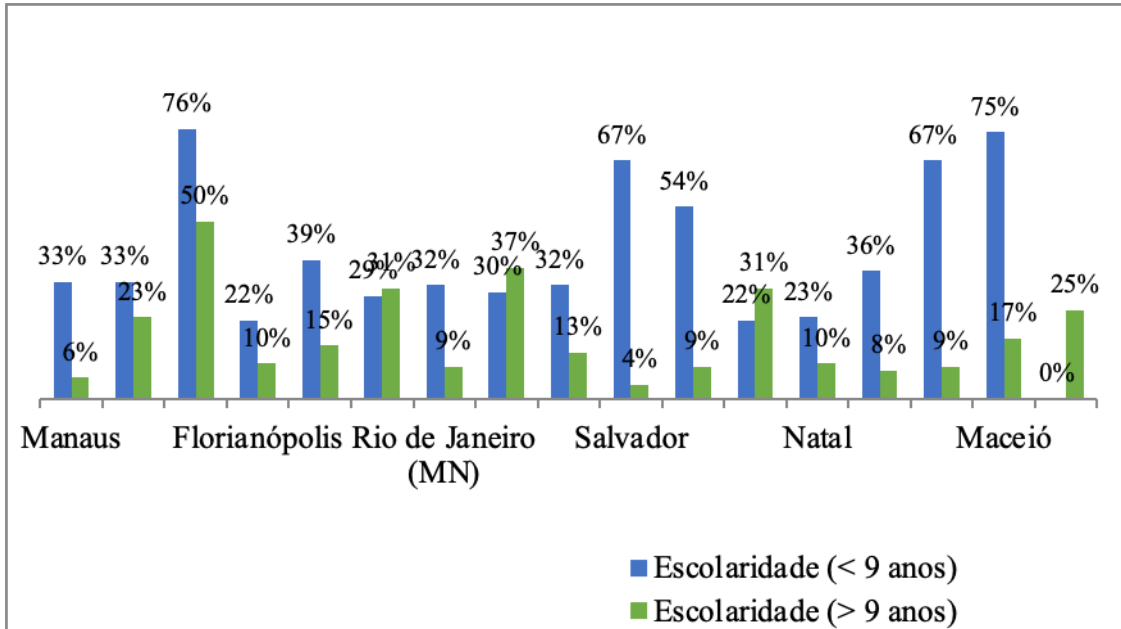
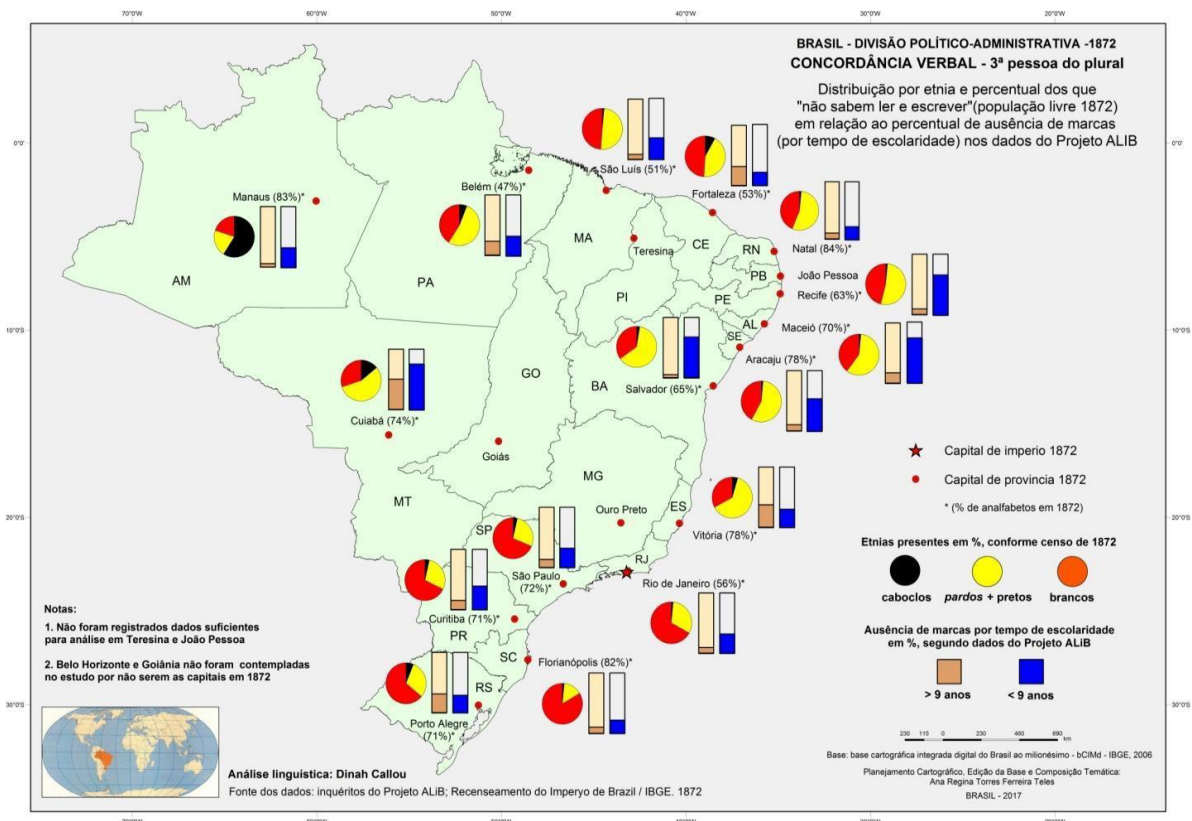


Figura 1
Distribuição por capital e nível de escolaridade, nos dias atuais, com base em dados do ALiB. Fonte: Callou *et alii* (2017).



Mapa 1
Relação entre história social e história linguística, com base na concordância verbal no PB: dados do Censo de 1872 e dados do ALiB do século XXI. Fonte: Callou (2018, pp. 84).

A Figura 1, como já dito, ilustra a distribuição dos percentuais de ausência da marca da 3ª pessoa do plural, na amostra do ALiB, segundo os anos de escolarização, sendo possível observar que Porto Alegre é a cidade em que essa variável não parece ser atuante, uma vez que o percentual de apagamento é quase o mesmo em falantes de > ou < nível de escolaridade. Vitória e Fortaleza apresentam quadro semelhante, cidades que se situam em regiões distintas, dentro do País, Sul, Sudeste e Nordeste, respectivamente. A diferença das taxas de ausência de marcas, por anos de escolarização, não chega, nesses locais, a 10 pontos percentuais e, em Porto Alegre, é de apenas um ponto percentual.

O Mapa 1 permite ainda a visualização da distribuição étnica, no século XIX -- reunidos pretos e pardos, em oposição a brancos e caboclos, a fim de observar, no passado, as características da população. Desse modo, é possível confrontar, ainda que parcial e indiretamente, os resultados sociais do passado com os linguísticos do presente. A interpretação é complexa, entre outros fatores, pelo fato de a presença de pardos e negros, no passado, ser quase sempre maior, em todas as capitais, com algumas exceções, haja vista, Porto Alegre. Em Florianópolis, em que havia percentual maior de brancos, a diferença, hoje, é também pouco significativa, por anos de escolarização.

A Figura 2 acrescenta outro aspecto para análise, com base em 10 pontos selecionados, de várias regiões: o da miscigenação, em 1872, com a população de pardos ultrapassando a de pretos, em todo o território. Nessas 10 províncias, está incluído o chamado Município Neutro ou da Corte, que hoje corresponde à cidade do Rio de Janeiro, e o Amazonas, região em que predomina o elemento *caboclo*, seguido do branco.

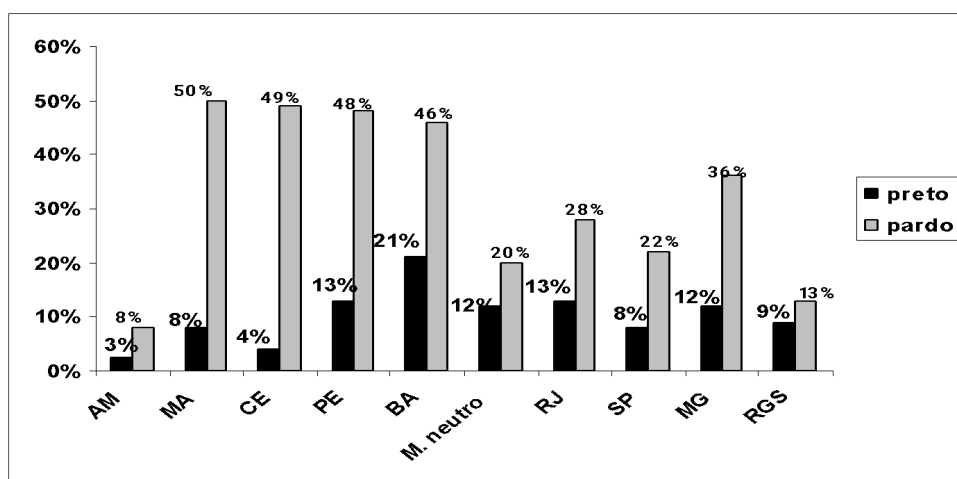


Figura 2

Percentual de pardos e pretos, em 10 províncias, homens e mulheres, na população livre, segundo o primeiro Recenseamento de 1872 (IBGE). Fonte: Callou (2015, pp. 80).

Na busca por identificar esse quadro da demografia histórica, a pesquisa de Martins iniciou uma comparação entre capital e interior, exemplificada em apenas três Estados, como referido anteriormente. Os resultados mostram que há uma regra variável de apagamento, em todos os pontos,⁵ não só na capital, em nomes e verbos, com percentual maior de perda da marca de concordância nos verbos, exceto em Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul, em que há uma inversão. Salvador, capital de um Estado da região Nordeste (BA), e Barra Mansa, cidade do interior de um Estado do Sudeste (RJ), se destacam como os locais em que a frequência de aplicação da regra é maior (Figura 3).

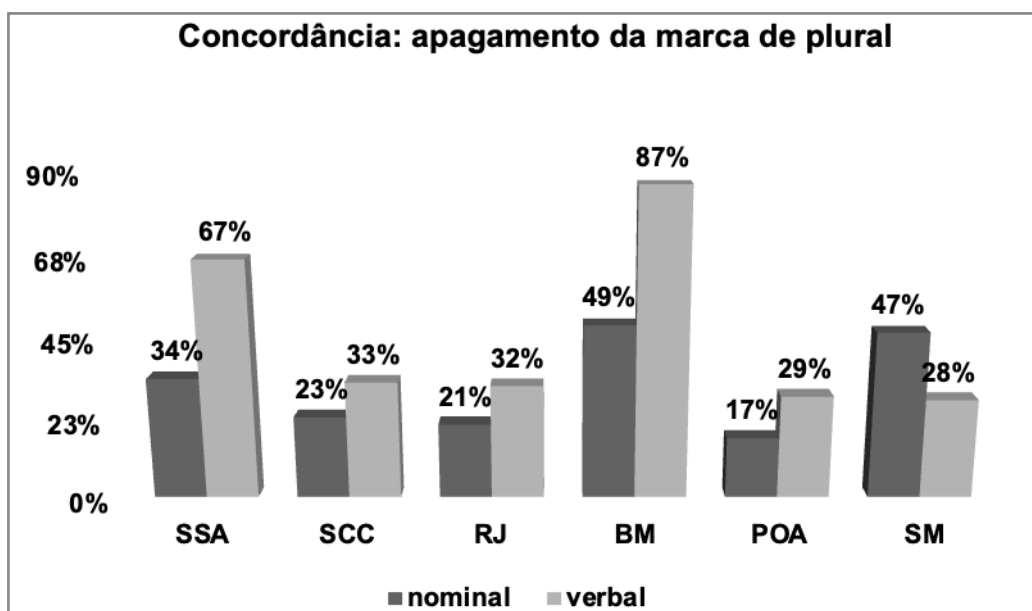


Figura 3

Percentual da ausência da marca de concordância nominal e verbal de Salvador (SSA), Santa Cruz Cabralia (SCC), Rio de Janeiro (RJ), Barra Mansa (BM), Porto Alegre (POA) e Santa Maria (SM), em falantes de escolarização < 9 anos. Fonte: Adaptado de Martins (2021).

Fica nítida uma diversidade linguística de caráter regional, não só dentro do próprio Estado, mas também da capital para o interior e de um Estado para o outro, mas não é tão claro se esse quadro pode ser explicado pelos indicadores sociais, do passado e do presente.

É possível verificar, pelo Mapa 1, que a população do Estado da Bahia, pelo primeiro censo brasileiro de 1872, era majoritariamente preta e parda, da

⁵ Do Estado da Bahia, para efeito de confronto, trazemos aqui apenas uma cidade do interior, e não três, como analisados pela autora, a saber, Santa Cruz Cabralia, núcleo originário onde os portugueses aportaram em 1500.

mesma forma que a localidade de Barra Mansa, com índices de apagamento da marca de concordância semelhantes, em contraposição a Santa Cruz Cabrália; por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro (Município Neutro, àquela altura) e as localidades do Rio Grande do Sul eram compostas por uma maioria branca e apresentam comportamento diverso, uma vez que o índice de analfabetismo e a perda da marca de concordância são maiores em Santa Maria que na capital. A Tabela 1, a seguir, permite observar essa distribuição, considerando parâmetros relativos ao primeiro censo demográfico, ao lado dos índices percentuais nos dados do ALiB.

Recenseamento do Brasil 1872				Dados do ALiB século XXI	
Províncias	Etnia		Grau de instrução	Perda da marca	
	branco	Preto+pardo	Analfabeto	Nomes	Verbos
SSA	29%	55%	67%	34%	67%
Santa Cruz Cabrália	11%	24%	71%	23%	33%
RJ (MN)	55%	26%	63%	21%	32%
Barra Mansa	40%	14%	90%	47%	88%
POA	52%	24%	76%	17%	29%
Santa Maria	51%	17%	81%	47%	28%

Tabela 1

Distribuição geral das localidades, referente à etnia e grau de instrução (Primeiro Censo IBGE, 1872), e percentual de aplicação da regra de perda da marca de concordância, em dados do ALiB, século XXI. Fonte: Adaptado de Martins (2021, p. 66).

A Tabela 2, a seguir, acrescenta os índices de desenvolvimento médio (IDHM), geral, e o de Educação das mesmas localidades (Fonte: PNUD). Santa Cruz Cabrália se destaca por ser o ponto em que os índices são mais baixos, seguido de Salvador, no que se refere ao IDHM de Educação.

Localidade	IDHM 2010	IDHM Educação 2010
Salvador	0,759	0,679
Santa Cruz Cabralia	0,654	0,571
Rio de Janeiro	0,799	0,719
Barra Mansa	0,729	0,657
Porto Alegre	0,805	0,702
Santa Maria	0,784	0,715

Tabela 2

Comparação entre os Índices de Desenvolvimento Humano geral e o de Educação, segundo dados do PNUD/2010. Fonte: Adaptado de Martins (2021, p. 64).

O número de ocorrências analisado talvez seja insuficiente para tirar conclusões categóricas, pois não há uma correspondência exata entre etnia, grau de instrução, no passado, e os indicadores sociais, no presente. Os resultados fornecem pistas de como o fenômeno da perda da marca de concordância da terceira pessoa do plural em verbos e do plural em nomes se distribui pelas regiões e talvez possam fornecer subsídios para embasar a discussão sobre as origens do português brasileiro.

Retomando a questão do ensino, em sala de aula, ao discutir o tema, os professores devem partir, não só do que as gramáticas normativas preconizam, mas também do uso real da língua, cientes de que o presente reflete o passado. Em suma, não se pode negar que os aspectos sócio-históricos, nem sempre, conseguem explicar a ocorrência de uso de variantes “padrão” e “não-padrão”. Há uma diversidade regional, mas também uma semelhança de restrições linguísticas e extralinguísticas, em localidades geograficamente distintas uma da outra, no país como um todo, por exemplo, Fortaleza e Vitória, a primeira, do Nordeste e, a segunda, do Sudeste (Mapa 1). O perfil étnico e social de cada localidade pode ser um elemento auxiliar na busca de uma fotografia mais nítida deste português brasileiro heterogêneo e plural.

Como destacamos, em vários momentos, não há também uma correspondência entre as *normas de uso* efetivamente praticadas e o que se apresenta na prática escolar, que não leva em conta todas as variáveis envolvidas. De todo modo, é sempre necessário atentar para o fato de que nenhum dos fatores considerados é por si só capaz de explicar a perda das marcas. E outro aspecto a destacar, pelo menos, em relação à concordância verbal, é o de que a variação não ocorre apenas no uso oral, mas está presente também na escrita “padrão”, e não só na variedade brasileira (PB), mas

também na europeia (PE) e em variedades africanas, sempre sujeita aos mesmos condicionamentos.

No livro “*Áreas críticas da língua portuguesa*”, João Peres e Telmo Mória (1995) discutem o que chamam “áreas críticas” -- áreas da língua que manifestam sintomas de uma «crise», quer porque nelas se verificam movimentos de ruptura, em geral indicativos de mutações da norma, quer porque nelas se insinua o puro desvio, a sugerir a existência de dificuldades (novas ou não), por parte dos falantes. E, entre elas, está a concordância verbal. O material linguístico de que se servem os autores, para sua análise, é constituído por textos jornalísticos, produzidos entre 1986 e 1994.

3.3. Concordância e construções existenciais

Para seguir no mesmo caminho, trazemos agora um outro ponto da mesma questão: a pluralização do verbo *haver* com valor existencial (Callou e Avelar 2013). Um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa é a ampliação do domínio do verbo *ter*, que veio a substituir o verbo *haver* na área semântica de “*posse*”, no final da fase arcaica, e, na fase moderna, no português do Brasil, a de “*existência*”.

A variação de uso dos dois verbos, ora como verbo pessoal, ora como verbo impessoal, pode ter acarretado a possibilidade de uso do verbo *haver* existencial na terceira pessoa do plural, quando o argumento interno se encontra no plural, fenômeno assinalado por muitos gramáticos e linguistas, e também comum América espanhola.

Diz-se normalmente que as construções existenciais, também denominadas construções impessoais ou orações sem sujeito, atribuem caso acusativo a seu único argumento. Sendo assim, a posição de sujeito fica, em princípio, vazia, como representado no esquema Ø HAVER/TER Y, em que Y atua como argumento interno do verbo. O verbo *haver*, na acepção de “existir”, é classificado como impessoal, pois, não tendo sujeito, se manteria invariável, na terceira pessoa do singular, como atestam gramáticas, descritivas e normativas, não só no Brasil, mas também em Portugal. Os exemplos (7) e (8)⁶ confirmam que, apesar disso, se registram casos em que o verbo *haver* concorda com o argumento interno plural.

(1) E os cachorros que sempre... sempre... **havam** muitos lá, bassês, conhece? (Inq. 189/déc.70 – Nurc-RJ).

(2) *com as Embaixadas que **havam** então* Nurc-RJ (inq. 133/90).

⁶ Esses exemplos, como os de (1) a (6) foram retirados do *corpus* do Projeto NURC (Projeto de estudo da norma linguística urbana culta), nas décadas de 70 e 90 do século XX.

Ao ouvir uma frase do tipo “*houveram/tiveram* muitas reuniões”, um falante culto vai ter, de imediato, uma reação, em virtude de não ser esperado que, nessas estruturas, o verbo sofra a flexão de número, sendo seu uso, no caso, interpretado como uma violação da chamada norma padrão. E o estranhamento decorre também do fato de não ser usual a ocorrência do *haver-existencial* na fala e a diferença entre singular e plural ser [+saliente].

Remontar ao passado e observar o contraste estrutural entre as versões possessiva e existencial dos verbos *ter* e *haver*, no decorrer dos séculos, é também fundamental para entender melhor a questão, uma vez que o verbo *ter* substituiu *haver* como posse e, mais tarde, pelo menos, no português brasileiro, com valor existencial. Embora o *haver* tenha sido considerado um verbo impessoal, durante um longo período da tradição gramatical, o complemento de *haver* era interpretado como sujeito, ocasionando, assim, a concordância do verbo com o nominativo e os casos em que não se flexionava eram considerados como idiotismos da língua.

Na opinião do linguista português Ivo Castro, ainda que as gramáticas apoiem-se nas atestações dos escritores para justificar as regras propostas e haja registro de pluralização de *haver*, tanto na fala, quanto na escrita -- até mesmo em escritores de renome -- continua a vigorar a rejeição ao uso da flexão plural. O texto de Castro (2003, p. 12) atesta essa pluralização, ao trazer o exemplo “*houveram risadas*”, registrado no manuscrito original da obra de Eça de Queiroz *Tragédia da Rua das Flores*, embora corrigido, diz ele, em todas as edições.

Em Argote (1725) e Lobato (1770), nos capítulos que tratam de idiotismos e da concordância verbal, há referência ao uso irregular da terceira pessoa do plural, com o verbo *haver*.

D. Ha idiotismos na concordancia do verbo com o seu nominativo.

M. Porque?

D. Porque o Verbo Haver nas terceyras pessoas do numero singular não concorda em numero com o seu nominativo.

M. Dizey exemplo.

D. **Ha muytas flores neste jardim.** Onde o Verbo **Haver** está no numero singular, e o seu nominativo **Flores** no plural. Da mesma sorte **Havia muytas flores neste jardim, &c.** O que he hum Idiotismo, e Grammatica muyto irregular. (Capítulo V – Dos Idiotismos – Argote 1725, p. 268).

O fato de o *haver*-impessoal ter cedido espaço para o *ter*-impessoal pode ter aberto caminho para o uso da terceira pessoa do plural, mas restrito, ao que parece, às formas do passado, *haviam/tinham* e *houveram/tiveram*, tanto na fala, quanto na escrita.

A hipótese é a de que a capacidade de receber flexão seja resultante do fato de *haver*, originariamente o verbo de posse, ainda que reanalisado como existencial, manter ainda características das sentenças possessivas, hoje

expressas com *ter*. Esse aspecto constituiria um argumento para confirmar que um item pode emergir em um novo contexto sem mudar totalmente suas propriedades essenciais de seleção.

4. Considerações finais

Face às questões tão amplas e diversificadas, destacadas nos itens anteriores, fica nítida a dificuldade de trabalhar, em sala de aula, com uma norma única de uso, ou mesmo uma pluralidade de normas, se não tivermos consciência de que existe variação de todo tipo, regional, social, de registro (oral e escrito), atrelada à questão da escolarização. O mais importante a fazer, frente a tudo isso, será tornar evidente que se deve ter conhecimento de todas as variáveis, linguísticas e extralinguísticas, envolvidas na atuação do fenômeno em foco, no processo de ensino/aprendizagem da língua.

O tema da concordância é exemplar para relembrar toda a riqueza da língua com que temos de lidar, não podendo ser ignorada pelo professor para que, depois, seja repassada ao aluno, por etapas, e com metodologia adequada. É necessário, pois, ter consciência de dois conteúdos articulados -- o dos professores e o dos alunos -- traduzida no filtro de passagem dos conteúdos aos alunos e na forma de transmiti-los, ideia já expressa nas palavras de Soares Barbosa, no plano de sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*:

[...] em todas ellas [gramáticas] há couzas que so os mestres devem estudar para os explicar a seus discípulos; outras que estes devem aprender, [...] e muitas, que devem decorar [...]" (Barbosa 1822, pp. XV-XVI) .

Para concluir, queria trazer à baila algumas afirmações do educador Paulo Freire.

A primeira, mais geral, "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (Freire 1996, p. 95), tem a ver com o fato de que o encontro de pessoas com crenças e saberes diferenciados (professor universitário e de educação básica, alunos de fundamental, médio e de Graduação) acaba por desencadear um processo reflexivo, nas salas de aula, propiciando uma superação -- não uma ruptura -- embora esse processo não possa ser mensurado.

A segunda, mais específica, diz respeito ao fato de que ensinar língua portuguesa, ou qualquer outra língua, exige clareza de que "a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente", constituindo-se tarefa educativa precípua para "o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil" (Freire 1996, p. 33).

De todo modo, qualquer que seja o caminho trilhado por um professor no sentido de levar seus alunos a se engajar no processo de desenvolvimento

de competências de leitura e de escrita, o ponto de partida é o reconhecimento de que são usuários competentes de um sistema complexo que eles próprios adquiriram naturalmente e com o qual são capazes de atuar em seu meio social. Devemos ter sempre em mente que (con)vivemos todos numa sociedade diversificada e que a reflexão sobre a língua vai além do que é certo ou errado.

Um trabalho efetivo e eficiente na escola deve ir, sem dúvida, em várias direções. É complexo, incessante e desafiador, exigindo, por isso mesmo, propostas pedagógicas adequadas.

E, para fechar o texto, partilhamos uma terceira afirmação de Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (Freire 1996, p. 25).

Nota biográfica: Dinah Callou é Professor Titular/Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador 1A do CNPq. Graduação em Letras Anglo Germânicas/UFBA, 1959; Mestrado/UNB, 1965, Doutorado/UFRJ, 1980, e estágio de Pós-Doutorado em Linguística (UC-SB/1994-1995). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas desde 1984. Produção concentrada nas áreas de Fonética/Fonologia e Morfo-Sintaxe, nas linhas de pesquisa Dialectologia e Sociolinguística e Linguística Histórica.

Emails: dinah@letras.ufrj.br; dcallou@gmail.com.

Referências Bibliográficas

- Argote C. 1725, *Regras da Lingua Portugueza, espelho da Latina*, na officina da Musica, Lisboa Occidental.
- Barros J. 1540, *Gramática da língua portuguesa*, in Buescu M.L.C. 1971, *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Edição digital do Projeto BIT-PROHPOR (Banco Informatizado de Textos do Programa para a História da Língua Portuguesa), coordenado pela Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Corpus Internacional da Língua Portuguesa do Museu da Língua Portuguesa – SP – www.estacaodaluz.org.br.
- Bazenga A.M. e Vieira S. R. 2015, *A concordância de terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português*, in Vieira S.R. (org.), *A concordância verbal em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*, 1 ed., v. 1, Vermelho Marinho-FAPERJ, Rio de Janeiro, pp. 29-75.
- Brandão S. e Vieira S. 2012, *Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português*, in “Alfa” 56, pp. 1035-1064.
- Callou D. 2015, *Sobre a história do português no e do Brasil: levantando questões*, in, Avelar Ornelas J. e Álvarez López L. (org.), *Dinâmicas Afro-Latinas Língua(s) e História(s)*, 1ed., Peter Lang, Frankfurt am Main, pp. 71-89.
- Callou D. 2018, *Issues on the history of Portuguese in and of Brazil*, in Álvarez López L., Gonçalves P. e Avelar Ornelas J. (org.), *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*, XII^a ed., v. 1, John Benjamins, Amsterdam, pp. 67-88.
- Callou D. e J. Avelar Ornelas 2013, *Ter/haver-constructions and verbal agreement*, in “Journal of Portuguese Linguistics” 12 [2], pp.187-208.
- Callou D., Farias A. e Martins B. 2017, *A propósito da concordância verbal e das origens do português brasileiro*, comunicação apresentada à XVIII ALFAL/Bogotá, manuscrito.
- Castro I. 2003, *O linguista e a fixação da norma*, in *Actas do XVIII Encontro nacional da APL* (Porto, 2-4/10/2002), APL, Lisboa, pp. 11-24
- Cunha C. 1952, *O ensino do português*, in Pereira C. (org.) 2004, *Sob a pele das palavras...*, p. 415.
- Freire P. 1996, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Gagné G. 1983, *Norme et enseignement de la langue maternelle*, in Bédard E. e Marais J. (orgs.), *La norme linguistique*, Collection L'ordre des mots, Paris, pp. 463-510.
- Labov W. 1994, *Principles of linguistic change: internal factors*, Blackwell, Cambridge, MA.
- Lobato A. 1770, *Arte da Grammatica da Lingua Portugeza*, na Regia Officina Typografica, Lisboa.
- Lucchesi D. 2008, *Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto*, in, Roncarati C. e Abraçado J. (orgs.), *Português Brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história*, EdUFF, Niterói, pp. 366-390.

- Lucchesi D. 2014, *A hipótese do substrato no contexto da história sociolinguística do português popular do Brasil*, in “Linguística” 30, pp. 209-240.
- Martins B. 2021, *Sobre o fenômeno da concordância no Português Brasileiro: Diversidade regional*, dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, RJ.
- Oliveira F. 1536, *Gramática da Língua Portuguesa*, in, Soares Barbosa J. 1822, *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da gramamatica geral applicados á nossa linguagem*, a Typographia da Academia das Sciencias, Lisboa.
- Pereira C. da Cunha (org.) 2004, *Sob a pele das palavras: Dispersos*, Nova Fronteira / Academia Brasileira de letras, Rio de Janeiro.
- Peres J. e Mória T. 1996, *Áreas críticas da língua portuguesa*, Caminho, Lisboa.
- Rona J.P. 1965, *Relación entre la investigación dialectológica y la enseñanza de la lengua materna*, in AA.VV. *El Simpósio de Cartagena; agosto de 1963*, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, pp. 333-43.
- Rona J.P. 1958, *Aspectos metodológicos de la dialectología hispanoamericana*, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República, Montevideo, 1958, p 37 (Instituto de Filología, Publicaciones del Departamento de Lingüística, 14).
- Sankoff D., Tagliamonte S. e Smith E. 2005, *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*, Department of Linguistics, University of Toronto, Toronto.
- Scherre M. e Naro A. 1998, *Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português*, in “Revista Fórum Linguístico” 1(1), Florianópolis.
- Scherre M. 1988, *Reanálise da concordância de número em português*, tese de Doutorado-Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Vieira S.R. e Bazenga A. 2013, *Patterns of third person plural verbal agreement*, in “Journal of Portuguese linguistics” 12, pp. 7-50.
- Weinreich U., Labov W. e Herzog M. 1968, *Empirical foundations for a theory of language change*, in Lehmann W. e Malkiel Y. (eds.), *Directions for Historical Linguistics*, University of Texas Press, Austin, pp. 97-195.

Outras fontes

- Atlas Linguístico do Brasil. ALiB. Disponível em: <www.alib.ufba.br> Acesso em: 30 ago.2021.
- Índices relativos à educação, etnia e IDHM. Rio de Janeiro: IBGE. www.cidades.ibge.gov.br; www.sidra.ibge.gov.br (acesso em: ago. 2021).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro, 1874. <https://biblioteca.ibge.gov.br> (acesso em: 30 ago. 2021).